

48

SABERES DO DIREITO

# *Sistema dos Juizados Especiais*

*Análise sob a ótica civil*

LUCIANO ALVES ROSSATO

COORDENADORES

Alice Bianchini  
Luiz Flávio Gomes



Conheça o autor  
deste livro.  
Assista ao vídeo.



 **Editora  
Saraiva**

Introdução	115	65
1. A competência dos Juizados Especiais Cíveis	213	67

## ◆ Sumário

1.1. A competência dos Juizados Especiais Cíveis	3.2	7
1.2. A competência territorial	3.3	7
1.3. Critério híbrido ou misto	3.4	7
1.4. Competência voluntária	3.5	7
1.5. Das causas excluídas da competência	3.6	7
1.6. Conflito de competência	3.7	7
1.7. Participação no processo	3.8	7
2.1. Polo ativo e polo passivo	3.9	7

<b>Capítulo 1 O Sistema dos Juizados Especiais .....</b>	<b>13</b>
1. Anotações preliminares .....	13
2. A Lei n. 9.099/95 e os enunciados do FONAJE .....	15
3. Os princípios informadores dos juizados .....	17
3.1 Princípio da oralidade .....	18
3.2 Princípio da simplicidade .....	19
3.3 Princípio da informalidade .....	19
3.4 Princípio da economia processual e da gratuidade em primeiro grau de jurisdição ...	20
3.5 Princípio da celeridade .....	20
4. Dos atos processuais praticados nos Juizados Especiais .....	21

<b>Capítulo 2 Dos Juizados Especiais Cíveis.....</b>	<b>23</b>
1. Da competência .....	23
1.1 Competência em razão do valor da causa .....	25
1.2 Em razão da matéria discutida .....	26
1.3 Critério híbrido ou misto .....	28
1.4 Competência: jurisdição voluntária .....	29
1.5 Das causas excluídas da competência dos juizados .....	29
1.6 Da competência territorial .....	32
1.7 Conflito de competência .....	34
2. Participação no processo .....	34
2.1 Polo ativo e polo passivo .....	34

2.1.1 Podem ocupar o polo ativo no procedimento sumaríssimo .....	34
2.1.2 Podem ocupar o polo passivo da ação .....	35
2.2 Da vedação da intervenção de terceiros.....	36
3. Dos conciliadores e dos juízes leigos .....	36
4. Da assistência do advogado.....	37
5. Da equidade.....	38
6. Da fase de conhecimento .....	38
6.1 Do pedido inicial .....	38
6.2 Da citação .....	39
6.3 Da contumácia.....	40
6.4 Do preposto.....	40
6.5 Da conciliação e da instrução e julgamento .....	41
6.6 Da resposta do réu .....	42
6.6.1 A defesa processual .....	43
6.6.2 A defesa de mérito .....	43
6.6.3 Pedido contraposto .....	43
6.7 Das provas .....	44
6.8 Da sentença e da coisa julgada.....	45
6.9 Da extinção do processo sem resolução do mérito .....	45
7. Dos meios de impugnação das decisões judiciais .....	47
7.1 Do recurso inominado .....	47
7.2 Dos embargos declaratórios.....	48
7.2.1 Os embargos declaratórios poderão ser opostos de forma oral ou escrita...	49
7.2.2 Importarão na suspensão do prazo para o ajuizamento de outro recurso, quando opostos contra sentença de mérito.....	49
7.2.3 Poderão ser interpostos quando na sentença ou no acórdão houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.....	51
7.3 Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	51
7.4 Recurso extraordinário .....	51
7.5 Recurso especial .....	52
7.6 Reclamação para o Superior Tribunal de Justiça.....	52
7.7 Cabimento do mandado de segurança contra ato judicial.....	54
7.8 Do não cabimento da ação rescisória.....	56
8. A execução e o cumprimento de sentença.....	56
8.1 Princípios da função executiva .....	56

8.1.1 Princípio da autonomia.....	56
8.1.2 Princípio do título .....	57
8.1.3 Princípio da responsabilidade patrimonial .....	58
8.1.4 Princípio do resultado .....	58
8.1.5 Princípio da disponibilidade .....	58
8.2 Dos títulos executivos judiciais e extrajudiciais .....	58
8.3 Diferenciação entre a fase de cumprimento de sentença e o processo de execução autônomo .....	59
8.4 Da fase de execução de obrigação de pagar quantia certa fundada em título executivo judicial .....	60
8.4.1 Etapa inicial da execução .....	60
8.4.2 Defesa do executado – embargos à execução.....	61
8.5 Da desconsideração da personalidade jurídica .....	66
8.6 Dos atos executivos nos juizados especiais .....	66
8.7 Do cumprimento da sentença de obrigação de fazer ou de entregar .....	68
9. Processo de execução autônomo.....	69
<b>Capítulo 3 Dos Juizados Especiais da Fazenda Pública .....</b>	71
1. Considerações iniciais.....	71
2. Competência .....	74
3. Das partes nos JEFPs.....	76
3.1 Polo ativo .....	76
3.2 Polo passivo .....	77
3.3 Litisconsórcio.....	78
4. Inexistência de prazos diferenciados .....	78
5. Tutela de urgência e recurso adequado.....	78
5.1 Medidas cautelares e medidas satisfativas de urgência.....	78
6. Do procedimento sumaríssimo.....	79
7. Transação e conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público .....	79
8. Dos honorários advocatícios .....	79
9. Da inexistência de reexame necessário .....	80
10. Dos meios de impugnação das decisões judiciais .....	80
10.1 Dos recursos nos juizados especiais da fazenda .....	80
10.2 Da reclamação ao STJ .....	81
10.3 Dos incidentes de uniformização de jurisprudência .....	81

88	10.3.1 Do incidente de uniformização julgado pela turma recursal uniformizadora...	82
88	10.3.2 Da turma de uniformização do Estado de São Paulo.....	82
82	10.3.3 Do incidente de uniformização jurisprudencial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	84
82	10.3.4 Pressupostos gerais do incidente de uniformização.....	84
104	10.4 Do incidente de suspensão de execução de liminar e de sentença.....	84
104	10.4.1 Considerações iniciais.....	84
104	10.4.2 Legitimidade para a sua propositura.....	85
104	10.4.3 Competência para o julgamento do incidente .....	86
104	10.4.4 Dos bens jurídicos tutelados .....	87
104	10.4.5 Duração da medida .....	89
104	10.4.6 Do agravo interno.....	90
111	11. Da fase de cumprimento da obrigação de pagar quantia certa.....	90
111	11.1 Do processo sincrético contra a Fazenda Pública.....	90
111	11.1.1 Processo sincrético contra a Fazenda Pública.....	90
111	11.2 Da obrigação de pequeno valor (OPV) .....	92
111	11.3 Do precatório judicial.....	93

Capítulo 4	<b>Dos Juizados Especiais Federais .....</b>	95
1.	Competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis.....	95
1.1	Utilização obrigatória dos Juizados Especiais Federais.....	95
1.2	Causas excluídas da competência dos JEFs .....	96
2.	Das partes nos juizados especiais federais .....	97
2.1	Parte autora.....	97
2.2	Parte ré.....	99
3.	Da dispensa de advogado.....	99
4.	Do dever de informação .....	99
5.	Meios de impugnação das decisões judiciais .....	100
5.1	Do recurso contra a sentença.....	100
5.2	Do incidente de uniformização de jurisprudência.....	103
5.2.1	Conceito.....	103
5.3	Do incidente de uniformização julgado por reunião conjunta das turmas em conflito..	106
5.4	Do incidente de uniformização julgado pela turma nacional de uniformização .....	106
5.5	Do incidente de uniformização julgado pelo Superior Tribunal de Justiça .....	106
5.6	Pressupostos gerais do incidente de uniformização .....	107

5.7	Consulta em matéria processual.....	108
5.8	Do agravo regimental.....	109
5.9	Embargos de declaração no incidente de uniformização.....	109
5.10	Do incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	109
5.11	Da jurisprudência da turma nacional de uniformização .....	110
5.12	Do cumprimento de sentença .....	110
	<b>Referências .....</b>	113
Anexo I	<b>Provimento 07/2010 .....</b>	115
Anexo II	<b>Resolução 553/2011, do Tribunal de Justiça de São Paulo .....</b>	125
Anexo III	<b>Resolução 22/2008, retificada pela Resolução 62/2009.....</b>	129